

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS: ENTRE FACES

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

Resumo: Apresenta-se, neste trabalho, notícia da produção de conhecimento sobre a diversidade da língua portuguesa, especialmente nas dimensões histórica, dialetal e socioletal, para além de situar teoricamente a base do raciocínio adotada, que pode contribuir para assegurar a valorização incontestada das variedades e normas do português em uso no Brasil. Busca-se, com isso, desautorizar o preconceito linguístico, cultural e social que insiste em perpetuar no País, a despeito de todo avanço civilizatório moderno.

Palavras-chave: diversidade linguística; variação e mudança; Atlas Linguístico do Brasil.

Abstract: It is presented, in this work, news of the production of knowledge in relation to the diversity of the Portuguese language, especially in historical, dialectical and sociolectical dimensions, as well as theoretical basis of how this can contribute to ensure the real value of varieties and standards of Portuguese used in Brazil. It aims, therefore, repudiating the linguistic prejudice, that insists in been perpetuated on the Country, despite all the progress of modern civilization.

Key-words: linguistic diversity; variation and change; Brazilian Linguistic Atlas.

Universidade
Federal da Bahia/
CNPq. amero-
venancio@gmail.
com

INTRODUÇÃO

Bréal (1992, p. 192) considera que as palavras “são como vidraças que é preciso polir e lustrar por muito tempo, na falta de que, em lugar de mostrar as coisas, elas se obscurecem”. Embora se lhe deva dar crédito e razão, é mais do que certo de que o oposto também aconteça. As palavras, quando muito polidas e lustradas se “arranham” e podem perder a lisura diáfana que um dia detiveram, em razão do desgaste a que se submeteram, no mesmo afã de mostrar as coisas.

Traduzindo em “bom português” – e aqui “bom português” deva ser entendido como uma expressão idiomática apenas, desatrelada da noção herdada dos hábitos gerados antes do “politicamente correto” coetâneo –:

conquanto muitas vezes as palavras conservem suas formas quase inalteradas, seus sentidos e significados se modificam com o tempo (...), já que, depois de criada, a palavra passa a ser entidade social, condicionando-se a seu continuado e efetivo uso histórico (MACHADO FILHO, 2014, p. 14).

DIVERSIDADE é, pois, uma dessas palavras, uma palavra de ordem, não apenas aqui, neste Seminário, mas no mundo moderno. Uma palavra polida, lustrada e, por que não dizer, ilustrada, por ser midiática (ou mediática, como preferem os portugueses), em um cenário em que, após séculos de visões calcadas no conceito de hegemonia, advindo de modelos de pensamento estruturalista e oriundo dos seios do poder, a ideia de ‘variedade’ passa a se revelar efetivamente, na dimensão em que se associa à inclusão.

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) é belo exemplo prático disso e busca, com a realização deste Seminário Ibero-Americano, “ser um marco na discussão de políticas públicas para a salvaguarda da diversidade linguística nos países ibero-americanos”.

No que concerne ao eixo temático desta mesa, que se circunscreve à apresentação de experiências voltadas à valorização de variedades do português e do espanhol, pretende-se, para além de situar teoricamente a base do raciocínio, dar notícia da produção de conhecimentos no que se refere à diversidade da língua portuguesa, especialmente nas dimensões histórica, dialetal e socioletal, com o objetivo de mostrar o que se esconde por trás do real valor da diferença linguística, como uma vidraça espelhada, por que a luz da diversidade linguística no Brasil nem sempre se tem podido evidenciar.

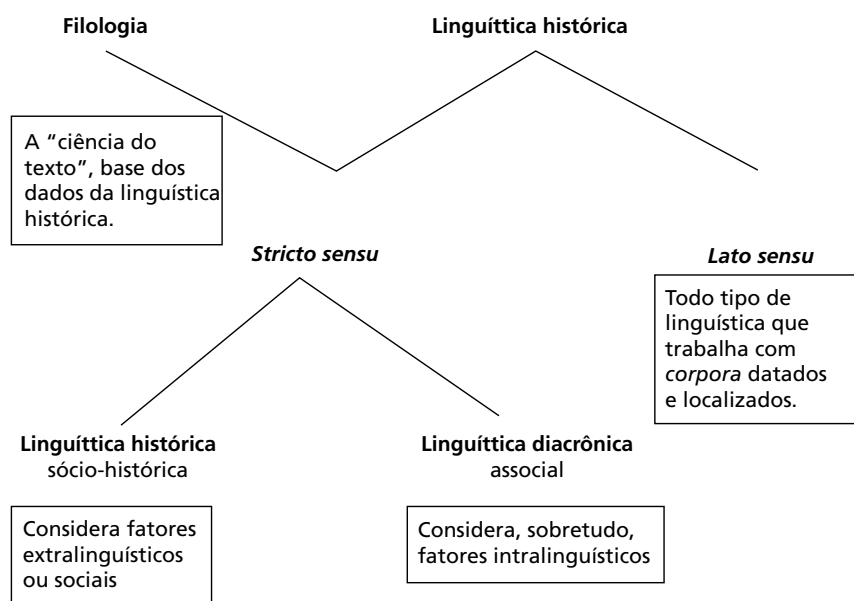
Mas qual o valor de DIVERSIDADE enquanto objeto teórico de observação para as ciências da linguagem, sobretudo se considerado o processo de constituição histórica do português?

A DIVERSIDADE ENQUANTO OBJETO TEÓRICO DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA

Antes de discutir o cerne da questão, ou seja, entrefaces da diversidade linguística do português brasileiro, especialmente de suas normas de uso, é prudente que se defina, teoricamente, a corrente de pensamento que conduzirá as considerações sobre esse tema.

Mattos e Silva (2008), ao indagar o papel da Linguística Histórica em seus sentidos amplo e estrito, assim como sua relação com as ciências do texto, notadamente com a Filologia, resume seu pensamento ao que pode ser representado pelo diagrama, na figura 1, abaixo.

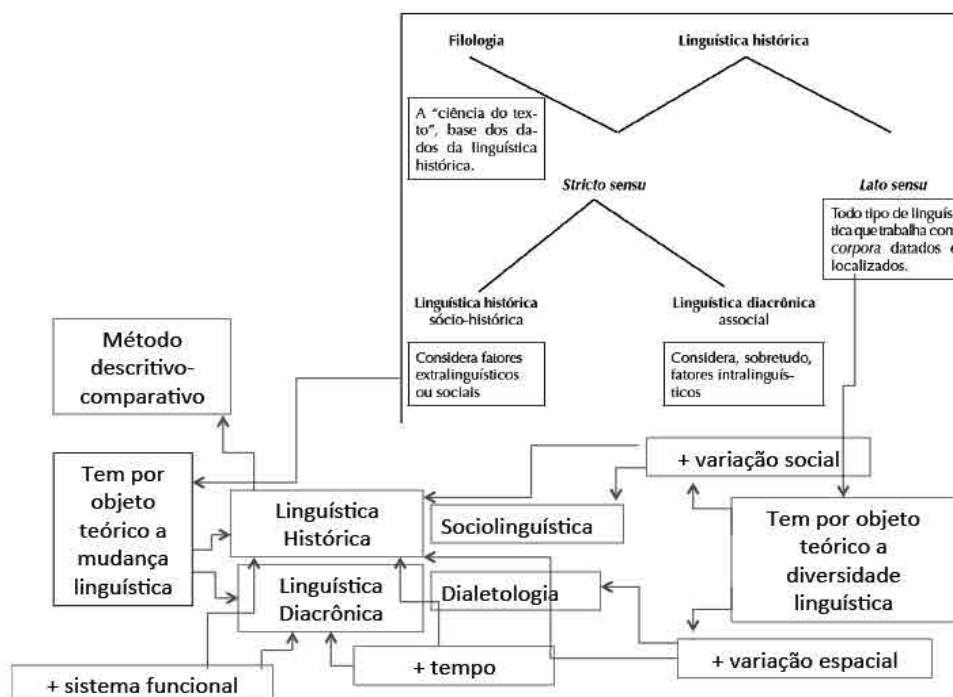
Figura 1 – Relação epistemológica da Linguística Histórica em sentido estrito e lato



Fonte – Mattos e Silva (2008, p. 10)

A proposta da eminente autora poderia ser ampliada para a seguinte interpretação.

Figura 2: Proposta de rede das disciplinas relacionadas à LH em função de subobjetos teóricos



Isto é, a diversidade linguística pode ser considerada como arquiobjeto teórico da Linguística Histórica (LH) em sentido lato, a que se relacionariam, em relação de contínuo, variação e mudança, como objetos prototípicos, conjugados a diferentes traços específicos, como espaço, sociedade, tempo e gramática (ou sistema funcional). A filiação principal a um dos dois subobjetos teóricos (variação ou mudança) permite individualizar a Linguística Histórica *Stricto Sensu* da Sociolinguística e da Dialetologia, já que estas operam eminentemente com a variação em perspectiva diastrática e diatópica, respectivamente, e, ainda, distinguir a LH da Linguística Diacrônica, que, embora focalize seu trabalho de investigação na mudança linguística em função do tempo, esta, diferentemente da Linguística Histórica, exclui fatores extralinguísticos, sobretudo os sócio-históricos, no foco e no cômputo de suas análises. A interpretação da rede acima projetada pode ser facilitada pelo diagrama, na figura 3, abaixo.

Figura 3: Diagrama resumitivo da relação das correntes da LH com a diversidade linguística



VISÕES DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO ESTEIO DA HISTÓRIA

Machado Filho (2008, p. 45) afirma que

não se pode melhor compreender uma língua, na perspectiva de uma análise sistemática, com finalidade pedagógica, se não se fizer evidenciar sua história como suporte essencial no processo de observação da estrutura linguística, em função das mudanças a que se submeteu.

Em outras palavras, para se perscrutar a diversidade linguística, com olhar que assegure incontestemente um valor equânime para todas as realizações das diferentes normas em uso, sobretudo para aquelas normas socialmente ainda estigmatizadas que são adotadas por algumas minorias no Brasil, é essencial que se conheça a história e se confrontem dados sincrônicos com comportamentos linguísticos de outros estágios da língua. O português arcaico tem-se mostrado extremamente prolífico para a compreensão de aspectos dessas diferenças, já que àquela altura “ainda não se explicitara a norma, os padrões do uso prestigiado, estabelecidos pelos gramáticos” (MATTOS E SILVA, 1991, p. 13).

Vejam-se os excertos abaixo. O primeiro, extraído de um documento trecentista, quiçá quatrocentista, isto é, provavelmente dos finais do século XIV ou inícios do XV, na edição de Machado Filho (2008, p. 46):

Omeu filho muito | amado pedro . creligo de euan | gelho . e da sua
 mancebya sen | pre foy meu amigo . e meu cõ | panheiro . aos liuros
 da *sancta scrip* | tura . que eu *escripuy* . Eueendo | me el assy seer .
 tam desconfor | tado . e chorar com tanto *plazer* | as *amarguras* grandes
quenomeu | coracom auja disseme . Aque | ceute padre ia algua coussa |
 noua . porque choras mais do *que* | sooes dechorar.

Para além da estranheza dos aspectos de ordem gráfica, no fragmento presente nos *Diálogos de São Gregório* (Testemunho D), obra das mais importantes da Idade Média portuguesa, chamam a atenção dois elementos linguísticos em particular, concorrente em um mesmo vocábulo: *clérigo* (na primeira linha), grafado “creligo”, que exhibe um duplo processo metaplásmico, acumulando rotacismo e lambdacismo, por transformar uma vibrante alveolar simples em lateral alveolar e vice-versa.

Antes de qualquer julgamento precipitado, convém esclarecer que nunca foi esse fenômeno raro na história da língua portuguesa. Aliás, continua a não o ser, pois se manifesta com bastante frequência, em algumas normas populares em uso no Brasil, como nas realizações de <broco> e <probrema>, por bloco” e “problema”, como se costuma identificar em falares muito frequentes.

Não obstante, observa-se ainda no excerto acima a grafia de “plazer” (na quarta linha), cuja forma poderia ser inopinadamente considerada como outro processo metaplásmico da época, já que o formato hoje considerado “correto” pela norma padrão deveria ser “prazer”. Ledo engano dos que assim julgassem esse fenômeno, especificamente. Se considerado seu étimo latino, *placere*, a representação gráfica desse vocábulo não é no texto, senão, a devidamente esperada. No espanhol, a forma *placer*, continua a atender, integralmente, sua origem latina, incluindo-se, aí, a não sonorização do [s], representado pelo grafema <c>.

Se se quisesse advogar por uma lógica linguística, em razão de suas bases formativas, a forma de prestígio “prazer” seria tão “errada” quanto <preito>, para “pleito”, do latim “*placitum*”. É notável como um pequeno fragmento textual, como o antes introduzido, possa revelar a inconsistência histórica das normas escritas da língua portuguesa e a função coercitiva a que estas se prestam na difusão do conhecimento, hodiernamente.

O segundo excerto advém das páginas 2r e 2v da primeira gramática normativa da língua portuguesa,¹ a de João de Barros, de 1540:

E como pera o jogo de enxedrez se requerem dous reies, um de uma cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenâdas, com leies do que cada uma déve fazer (segundo o ofício que lhe foi dádo): assi todalas linguágens tem dous reís, diferentes em género,

1 Note-se que antes da Gramática da *língua portuguesa*, de João de Barros, já contava a língua portuguesa com a Gramática da *língua portuguesa*, de Fernão de Oliveira, de 1536. Esta, entretanto, não exibia caráter coercitivo, mas, surpreendentemente, uma descrição bastante apurada e isenta da diferença linguística do português naquela época.

e concórdes em ofício: a um chamam Nome e ao outro Vérbo. / Cada um destes reies tem sua dama: â do Nome chamam Pronome e à do Vérbo, Avérbio, Partição. Artigo, Conjunçám, Interjeçám, sam péças e capitães principáes que debaixo de sua jurdiçám tem muita pionágem de dições, com que comumente sérvem a estes dous poderosos reies, Nome e Vérbo.²

É ao mínimo curioso que um texto normativo, ou, como preferia João de Barros, preceitativo, demonstre formas como “enxedrez” (linha 1), “avérbio” (linha 6) ou “jurdiçám” (linha 8), condenáveis hoje pelos detentores e fiéis defensores das normas de prestígio no Brasil, se comparadas a suas correspondentes vocabulares modernas. Ademais, que o ditongo nasal <-ão>, tão caro hoje para caracterização do português em face das outras línguas românicas, ainda não se exiba em “conjunçám”, “interjeçám”, “sam”. Pior ainda é considerar que, já que teria optado o autor pela tradição, devessem ter sido respeitados seus étimos latinos, grafando-se “conjunçom”, “interjeiçom” e “som”. Mas como bem disse Camões (ANDRADE, 1978, p. 56): “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”.

Todos os exemplos utilizados servem para assegurar a incoerência de se determinarem valores linguísticos para as diferentes formas de uso em uma língua. É preciso que se assegure definitivamente que todas as normas são igualmente legítimas, conquanto se tenha optado, historicamente, por se eleger um padrão que sirva de elemento centrípeto para comunidades nacionais, sobretudo para a língua escrita. Com esse novo olhar, parte-se para demonstrar como a linguística moderna tem procurado salvaguardar a diversidade linguística, na dimensão do que lhe cabe.

A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO BRASIL EM PERSPECTIVA HORIZONTAL OU DIALETOLÓGICA: O ALiB

Durante décadas desenhou-se a ideia de registrar a variação dialetológica no espaço brasileiro. Segundo Cardoso (2014, p. 17), a ideia

remonta a 1952, quando o Decreto nº 30.643, de 20 de março. O governo brasileiro determinou, como se lê no parágrafo 3º do Art. 3º, como principal finalidade da Casa de Rui Barbosa a “elaboração do atlas linguístico do Brasil”.

O Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) começou, muito tardiamente, como sói acontecer no Brasil, a construir-se, apenas em novembro de 1996,

2 Leitura semidiplomática realizada pelo autor deste trabalho, a partir da versão fac-similar do original da obra.

quando, entre os dias 04 e 06, durante a realização do Seminário Nacional “Caminhos e perspectivas para a geolinguística no Brasil”, reconheceram todos que era “chegado o momento de elaborar-se o Atlas linguístico do Brasil” (cf. CARDOSO, 2014, p. 21). Nessa altura, considerou-se, na chamada CARTA DE SALVADOR, entre outros pontos, “a importância dos estudos geolinguísticos para o conhecimento das línguas e, conseqüentemente, do português brasileiro”. Os infrafirmados da referida carta decidiram, então, empenhar-se no desenvolvimento de ações” que levassem “à consecução desse desiderato, constituindo um Comitê Nacional” que se encarregaria da implementação imediata do projeto.

Os primeiros dois volumes do ALiB foram lançados, dezoito anos depois, em Londrina, recentemente em 2014, durante a realização do III CIDS (Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística). A diversidade dialetal brasileira passou, então, a contar com dados confiáveis de aspectos dos usos de normas, jamais antes registradas sistematicamente.

Para a execução da pesquisa, o ALiB estabeleceu uma rede de 250 pontos, selecionados a partir de diversos fatores da dialectologia pluridimensional. A figura 4, abaixo, correspondente à Carta V, representa a distribuição espacial.

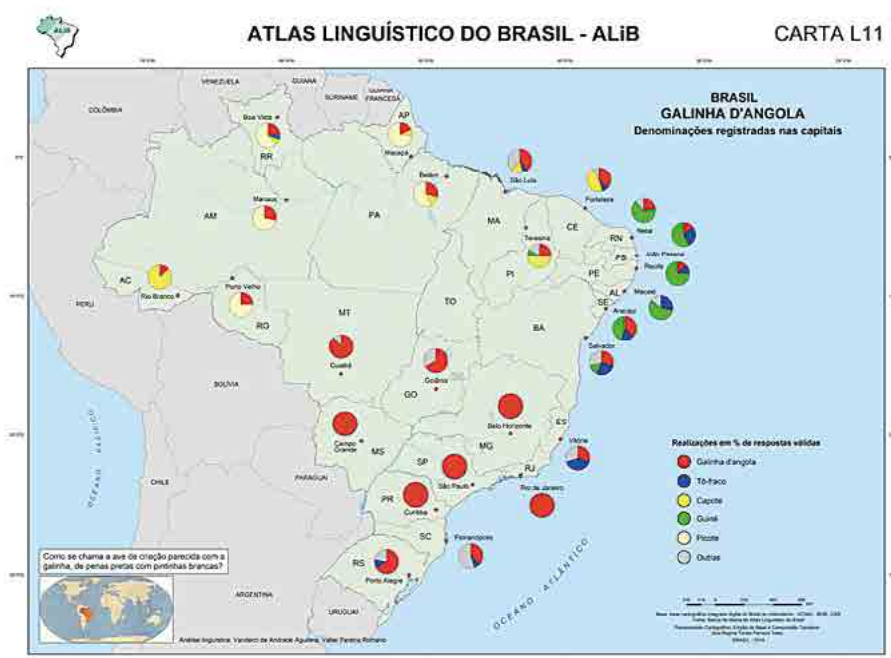
Figura 4 – Carta V: Rede de pontos do ALiB



Para o levantamento dos dados linguísticos foram utilizados três questionários: a) Questionário Fonético-Fonológico (QFF), com cento e cinquenta e nove questões, em que se incluíram questões para apuração de diferenças prosódicas; (b) Questionário Semântico-Lexical (QSL), com duzentas e duas questões, englobando catorze áreas temáticas ou conceituais; (c) Questionário Morfosintático (QMS), com quarenta e nove questões, que buscou desvendar fenômenos de variação diatópica nos usos morfosintáticos, como a própria denominação denuncia.

Na sequência, ilustram-se os primeiros resultados desse levantamento.

Figura 5 – Carta L11: Galinha D'Angola, do ALiB.



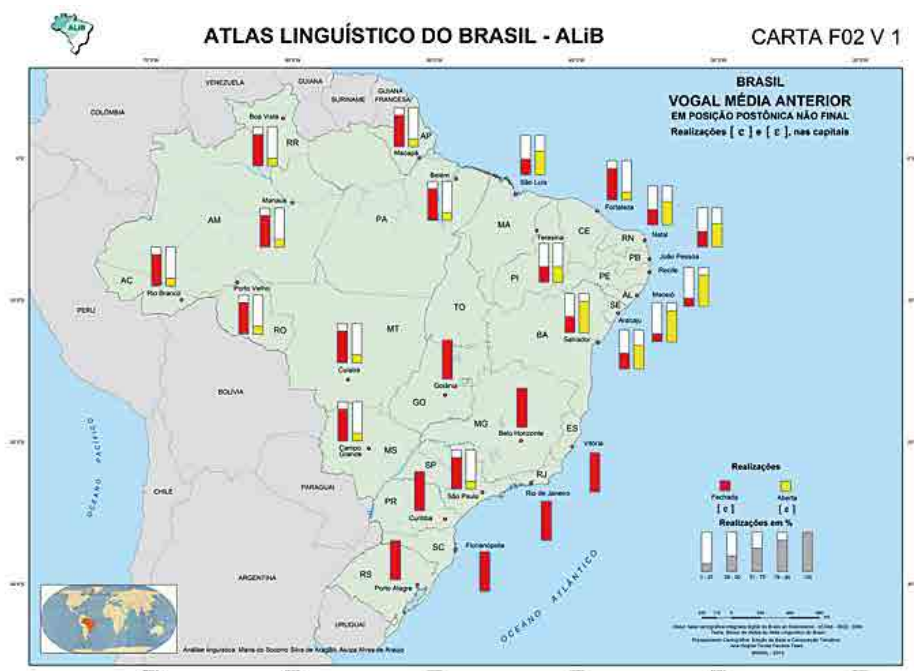
Fonte: Cardoso et al. (2014, v. 2, p. 191)

Na figura 5, as denominações empregadas pelas populações urbanas das capitais do País para a seguinte pergunta constante do Questionário Semântico-Lexical: “... ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?”. Enquanto se processam os dados dos outros 225 pontos do País, o que certamente refletirá com maior precisão esse tipo de variação lexical, pode-se observar uma predominância por “galinha d’Angola”, no Sudeste e no Sul, a presença de “Guiné” exclusivamente em

algumas capitais do Nordeste, a que se juntam “capote” e “tô-fraco”, este também presente em Vitória, Florianópolis e Porto Alegre e aquele, no Norte do Brasil, em que a forma “picote” é a mais comum.

No que concerne a aspectos fônicos, a figura 6, relacionada é bastante elucidativa sobre a diferença linguística quanto à realização da vogais médias anteriores [e] e [ɛ], em posição postônica não final nas capitais brasileiras, como em “cócegas”, “córrego” etc.

Figura 6 – Carta F02 V1: Vogal média anterior em posição postônica não final



Fonte: Cardoso et al. (2014, v. 2, p. 81)

É reveladora a distribuição geográfica da vogal média anterior fechada [ɛ], categoricamente no Sul e Sudeste, à exceção de São Paulo que apresentou entre 1 e 25% da aberta [e], muito provavelmente pela composição social cosmopolita que exhibe, em razão dos fluxos migratórios na história do País.

Entrementes, a questão do tratamento da variação lexical, no modelo variacional antes definido, tem, porém, cabido mormente à dialetologia no plano horizontal e, nesse âmbito, ao registro cartográfico das realizações “desviantes” ao presumido *standard* linguístico nacional.

Mas como assegurar a difusão mais ampla do conhecimento da realidade linguística de uma nação, de sua diversidade, no que tange aos usos lexicais, de forma a atender, de forma econômica e com maior amplitude, o acesso aos dados dialetais, por parte de seus supostos principais grupos de interesse ou público-alvo, isto é, os estudiosos da língua e da cultura e a população em geral?

O REGISTRO DAS DIFERENTES NORMAS EM USO NO BRASIL NO VIÉS LEXICOGRÁFICO

Não obstante tenham as pesquisas dialetológicas, sociolinguísticas e da linguística histórica contribuído para a quebra de antigos tabus linguísticos no que se refere aos diferentes dialetos nacionais, a diversidade linguística tem restado subliminarmente como o último bastião do preconceito na sociedade brasileira. Formas linguísticas desviantes ao padrão de prestígio continuam a sofrer pressões de diversa ordem e seus falantes associados aos papéis sociais que desempenham ou ao estatuto econômico a que pertencem.

Crê-se que uma forma significativa de promover a real valorização da diferença do português brasileiro é a adoção de ações afirmativas em Linguística, no que concerne às normas populares em uso.

É preciso assegurar a visibilidade de estruturas que não correspondam às normas cultas brasileiras e sobretudo que não encontrem apoio na norma padrão.

Para isso, o registro dialetal e socioletal tem de acompanhar o andamento da história. Obviamente esse registro deve circunscrever-se a condições específicas de escrita, adequadamente sinalizadas, como, por exemplo, a transcrições fonéticas ou grafemáticas. Isso é, realizações fônicas, morfológicas, morfossintáticas, sintáticas e discursivas devem ser conservadas em vocabulários ou dicionários dialetais, como um espólio importante das possibilidades estruturais da língua, permitindo, aos homens do futuro, compreender, com maior clareza, a verdadeira dimensão de seu fazer-se histórico.

Desfazer as amarras entre o comportamento social e o linguístico não será jamais tarefa fácil e imediata e deve constituir-se em planejamento estratégico das autoridades governamentais e das entidades difusoras do conhecimento.

Uma ideia possível é a de permitir um acesso mais amplo da comunidade brasileira aos avanços do pensamento em linguística, divulgando os resultados das pesquisas sobre variação e mudança.

Nesse sentido, em continuidade ao exemplar trabalho do ALiB, tem-se descortinado a possibilidade de utilização de sua base dados para a construção do primeiro Dicionário Dialetal Brasileiro, cuja microestrutura seja capaz de condensar essas informações, inclusive as variações fônicas dos itens lexicais, de forma prática e econômica, assim como permitir a identificação de possíveis relações lexicais e semânticas entre as lexias registradas. O Projeto DDB (Dicionário Dialetal Brasileiro) objetiva uma estrutura que possa permitir o imediato reconhecimento, por parte do consulente, das variáveis espaciais e sociais registradas pelo ALiB, para cada uma das variantes de seu interesse de pesquisa.

No DDB, formas como <*suvina*>, por *sovina*, ou <*usurave*>, por *usurário*, por exemplo, poderão ser salvaguardadas pela escrita e relacionadas diastraticamente e dialetologicamente, isto é, em um mesmo dicionário, conquanto as formas não padrão, lidimamente utilizadas hoje, e as formas-padrão, historicamente eleitas, possam ser reconhecidas por indicadores tipográficos específicos. Isso permitirá visibilidade à diferença e poderá funcionar como quebra de paradigma dos comportamentos sociais coercitivos em relação à língua e à cultural em seus diferentes formatos.

A figura 7, abaixo, serve de exemplo da microestrutura básica de um vocabulário dialetal regional, integrante do DDB, e de como as informações sociais e espaciais podem ser compreendidas pelo consulente que se interesse pelo tema.

Figura 7 – Modelo de verbete previsto para o Dicionário Dialectal Brasileiro e para os vocabulários integrantes do projeto

pão duro [ˈpãw'duru] - a/sm. (pão + duro, de lat. *panis*, lat. *durus*). Convívio e comportamento social. 'Indivíduo extremamente apegado a dinheiro ou a bens materiais e não generoso'. [Barreiras1 / Barreiras 3 / Carinhanha2 / Carinhanha 3 / Barra3 / Barra4 / Juazeiro1 / Caetité1 / Caetité2 / Caetité3 / Vitória da Conquista3 / Itapetinga4 / Seabra3 / Itaberaba4 / Irecê1 / Irecê2 / Irecê3 / Caravelas1 / Caravelas2 / Santa Cruz Cabralia3 / Valença1 / Santo Amaro1 / Santo Amaro3 / Alagoinhas1 / Alagoinhas2 / Alagoinhas3 / Jeremoabo1]. → agarrado. → canguinha. → casquinha. → caulia. → econômico. → fominha. → fomítico. → mão de figa. → *morta fome*. → morto de fome. → *nun dá água a pinto*. → pão duro. → ridículo. → seguro. → unha de fome. → *usurave*. → usurenta.

		092	097						
		097	094	081					
	096	098	100	099	095	090	085	088	
	1,2,3	3	4	3	4	1,2,3			
102	101	099	094	093	091	088	083	082	
	1,2	3	1		1,3	1,2,3		1	

ridículo → pão-duro.

		092	097						
		097	094	081					
	096	098	100	099	095	090	085	088	
	1,2,3	3	4	3	4	1,2,3			
102	101	099	094	093	091	088	083	082	
	1,2	3	1		1,3	1,2,3		1	

suvína → pão-duro.

		092	097						
		097	094	081					
	096	098	100	099	095	090	085	088	
	1,2,3	3	4	3	4	1,2,3			
102	101	099	094	093	091	088	083	082	
	1,2	3	1		1,3	1,2,3		1	

unha de fome → pão-duro.

		092	097						
		097	094	081					
	096	098	100	099	095	090	085	088	
	1,2,3	3	4	3	4	1,2,3			
102	101	099	094	093	091	088	083	082	
	1,2	3	1		1,3	1,2,3		1	

usurave → pão-duro.

		092	097						
		097	094	081					
	096	098	100	099	095	090	085	088	
	1,2,3	3	4	3	4	1,2,3			
102	101	099	094	093	091	088	083	082	
	1,2	3	1		1,3	1,2,3		1	

usurenta → pão-duro.

		092	097						
		097	094	081					
	096	098	100	099	095	090	085	088	
	1,2,3	3	4	3	4	1,2,3			
102	101	099	094	093	091	088	083	082	
	1,2	3	1		1,3	1,2,3		1	

Fonte – Machado Filho & Neiva (2014, p. 329)

CONCLUINDO

Sabe-se que “a mudança linguística é um processo contínuo e o subproduto inevitável da interação linguística” (Weinreich; Labov; Herzog, 2006, p. 87) e que os usos linguísticos de cada comunidade, nesse processo, conformam-se, por assim dizer, a cada uma das nuances da interação promovida entre os diferentes graus de realidade e de abstração que se lhe apresentem.

Quanto menos controle da escolarização ou mais isolamento de uma comunidade em relação a centros de referência econômica ou social, mais idiossincrasias de normas podem surgir e se fixar. E aí formas como <abroba> ou <froscó>, para *abóbora* e *fósforo*, podem muito bem se estabilizar no uso normal.

O importante é que a sociedade compreenda que os, por alguns chamados, “desvios” ao que se considera como norma de prestígio são um

juízo exclusivamente de ordem social e não linguística. O passado já provou que o certo e o errado em uso linguístico são meramente circunstanciais e oscilam como ocorre com a moda. Agramatical em português seria colocar o determinante posposto ao núcleo do sintagma nominal, como em **diversidades As*. Ao menos até o presente.

Conclui-se com uma citação de Mattos e Silva (2004), que sempre confrontou a diversidade linguística e o ensino de língua, no Brasil, na construção de sua obra científica:

(...) navega-se um mar desconhecido ou parcialmente conhecido, quando se pretende desenvolver, criteriosamente, o ensino da língua materna, quer quando se pretende ser estritamente normativo, quer quando se pretende enfrentar a diversidade linguística como princípio (...) (MATTOS E SILVA, 2004, p. 14).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Eugénio de. *Versos e alguma prosa de Luís de Camões*. Lisboa: Moraes Editores, 1978.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Luis Rodrigues, Livreiro, 1540.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica*. Trad. de Aída Ferrás et al. São Paulo: Pontes, 1992.
- CARDOSO, Suzana Alice et al. *Atlas linguístico do Brasil*. 2 vol. Londrina: Eduel, 2014.
- MACHADO FILHO, Américo V. L. História da língua e a formação do professor de português. In: MENDES, Edleise; CASTRO, Maria Lúcia (orgs.). *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas: Pontes, 2008. p. 45-55.
- MACHADO FILHO, Américo V. L. *Diálogos de São Gregório*: edição e estudo de um manuscrito medieval português. Salvador: Edufba, 2008.
- MACHADO FILHO, Américo; NEIVA, Isamar. Questões de método para a composição do Dicionário Dialectal Brasileiro: os dados da Bahia em foco. In: MOTA, Jacyra et al. (orgs.). *Documentos 5: Atlas Linguístico do Brasil, avaliações e perspectivas*. 1 ed. Salvador: Quarteto, 2014. p. 317-331.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois...: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991.